



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

### ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE BASE TERRITORIAL:

#### UMA ANÁLISE DAS FEIRAS LIVRES COMUNITÁRIAS NA CIDADE DE CURITIBA

**Isabel Jurema Grimm**

Universidade Positivo – UP

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR

*isabelgrimm@gmail.com*

**Schirlei Mari Freder**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR

*crearegs@gmail.com*

**Carlos Alberto Cioce Sampaio**

Universidade Positivo -UP

*carlos.cioce@gmail.com*

**Mario Procopiuck**

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR

*procopiuck@gmail.com*

## 1 INTRODUÇÃO

Considerando as disparidades socioeconômicas observáveis em todas as regiões do planeta, o momento atual é entendido como um momento de crise civilizatória (LEFF, 2003; SAMPAIO *et al.*, 2011), deflagrada em boa parte pela lógica capitalista, parametrizada pela acumulação e reprodução ampliada do capital, o que tende a levar à mercantilização da vida e da natureza em sua totalidade. Nesse sentido, ao lançar um olhar mais acurado sobre o cotidiano das sociedades planetárias é possível observar iniciativas independentes e exitosas que seguem na contramão da lógica vigente e apontam caminhos alternativos para novas concepções de formas de desenvolvimento mais incluyente.

Essas ações parecem possuir contornos de um modelo de desenvolvimento que ocorre no mundo da vida. Para tratar do aprofundamento dos aprendizados trazidos por essas iniciativas e suas aplicabilidades, este artigo utiliza como parâmetro os pilares da “ecosocioeconomia”, que se constitui em teoria pensada a partir das experimentações e da complexidade do cotidiano. Como espaços de intensa interação humana, as feiras, desde a Antiguidade, têm desempenhado papel fundamental como canais de comercialização de agrícolas e artesanais. Na atualidade, esses espaços podem ser vistos, por exemplo, como



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

núcleos de disponibilização de serviços ecossistêmicos, quando se trata da comercialização de produtos orgânicos e como núcleos de economia criativa, quando se considera a comercialização de produtos ou serviços originários da cultura e da criatividade local.

Além dessa dimensão econômica, quando se considera a sua particularidade de, concomitantemente, se constituir em espaço de intensa convivência entre indivíduos de diferentes comunidades, forma um rico contexto de compartilhamento de experiências, socialização e lazer, o que pode configurar também como centro de convergência de dinamização de relações sociais, conectando diferentes estilos de vida entre o urbano e o rural. Considerando esse potencial de articulação das dimensões ecológicas, socioculturais e socioeconômicas, as feiras urbanas, dependendo de como são estruturadas, podem, portanto, se caracterizar como centros relacionais ecossocioeconômicos. Nessa perspectiva, o trabalho procura trazer respostas para a questão: seriam as feiras livres urbanas experiências emblemáticas de arranjos socioprodutivos com base territorial sustentável?

As atividades da comercialização, como as que ocorrem atualmente nas feiras urbanas livres, deram forma às primeiras cidades e, ao longo do tempo, vêm moldando o desenvolvimento de cidades e civilizações. Portanto, de acordo com Godoy (2005), não seria um despropósito considerá-las como artefatos culturais resilientes, que persistem à passagem do tempo, apesar de, na atualidade, apresentarem indícios de declínio e frente às novas demandas. Essa tendência de declínio se pauta normalmente em questionamentos sobre os métodos tradicionais de comercialização e manipulação de produtos, considerados por muitos como ultrapassados.

Nesse contexto, para tratar a questão levantada, o presente trabalho tem como objetivo analisar as feiras livres na cidade de Curitiba, sob o ponto de vista da ecossocioeconomia e seus arranjos socioprodutivos territoriais, com base em um estudo descritivo-analítico, com abordagem exploratória e qualitativa. Os primeiros resultados apontam que as feiras livres podem ser consideradas arranjos socioprodutivos de base territorial e, ainda, com possibilidade de fortalecer a imagem turística da cidade de Curitiba, a partir da iniciativa e da cooperação público-privada para organização do território para o desenvolvimento de tal atividade.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

### 2 ARRANJOS SOCIOPRODUTIVOS DE BASE TERRITORIAL

O território possibilita inclusão que privilegia o enfoque local, ainda que seja influenciado pelo global, abrindo possibilidades para o desenvolvimento de potencialidades endógenas e regionais que lhes dão visibilidade. O território é fundamentalmente um espaço definido e limitado por e a partir das relações de poder (SOUZA, 2002, p.79), ou seja, como expõe o autor, o território é “essencialmente um instrumento de exercício de poder: quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?”

O conceito de território inclui ainda a noção de patrimônio sociocultural e a necessidade de mobilização dos recursos e competências por meio da atribuição de responsabilidades sociais, normalmente via processos participativos. A concepção de território passa pelo senso de identidade, ou seja, não se concebe um indivíduo sem antes ser identificado com seu território. Portanto, a identidade sociocultural individual está inarredavelmente ligada aos atributos do espaço concreto (SOUZA, 2002).

Partindo de uma abordagem que apreenda a dinâmica do território, o pensamento sobre desenvolvimento territorial, após a década de 1980, pode estar ligado a vários fenômenos socioeconômicos, políticos e ambientais. Carrierre e Cazella (2003) destacam que desde então teve início a especulação sobre a crise do modelo “fordista”, que tem por fundamentos a produção em massa por grandes unidades produtivas, a organização do trabalho e a regulação macroeconômica keynesiana, dependentes de intensa intervenção do Estado. Assim, a crise de 1980, quando demonstrou o enfraquecimento dessas forças regulatórias incidentes sobre a sociedade e o mercado, favoreceu a aparição de um novo conjunto de teorias, que alicerçam a abordagem territorial do desenvolvimento, que tenderam a revalorizar as iniciativas locais.

Nessa linha, a importância de reorganizar os territórios com base no fomento de ações descentralizadas tendeu a ampliar a dinamização das sociedades locais, ganhando natureza estratégica de promover a competitividade e a competência de sistemas produtivos locais, tendo como sustentação a capacidade de comunidades criarem meios para oportunizar decisões coletivas, como contrapontos às pressões exercidas pela economia global (BOISIER, 1996) e pelas forças estatais centralizadas desde a década de 1960, principalmente no caso brasileiro.

Nessa trajetória histórica que levou à explicitação de tensões entre a necessidade de manter um mínimo de poder para constituir identidades locais e a necessidade de potencializar



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

a capacidade de ação de estados nacionais, as estratégias de países em vias de desenvolvimento voltadas para a diminuição das desigualdades e redução da pobreza passam, com diferentes intensidades no tempo e no espaço, a se pautarem em políticas de desenvolvimento territorial, cuja finalidade tem sido “promover uma redução das disparidades regionais, de maneira autônoma e endógena, a partir da indução da constituição de arranjos socioprodutivos”, atendendo aos propósitos “participativos do poder político local e da sociedade civil organizada” (ORTEGA, 2014, p. 03).

Em meio a essas tendências, a concepção de arranjos socioprodutivos (ASP), embora não necessariamente vinculada ao dinamismo técnico e científico, tem se mostrado promissora para a geração de bem-estar em contextos em que o capital humano não se ajusta, não tem espaço ou não se mostra propenso a suprir demandas das forças produtivas de massa. Nesses espaços, a organização das feiras urbanas parece ter mais identificação com uma conjunção de fatores vinculados à capacidade local de mobilizar capital social para buscar perspectivas de desenvolvimento pautado em uma lógica menos dependente daquelas formas de produção intensivas em recursos e de forte presença regulatória estatal.

As feiras livres urbanas, como experiências em curso, podem ser identificadas como núcleos ecossocioeconômicos que têm seus fundamentos de existência e permanência, de acordo com Pellin *et al.*, (2013), nas dinâmicas participativas e associativas que formam um entorno territorial de comunhão de conhecimentos intrínsecos ao local. As feiras livres urbanas são, portanto, caracterizadas pela capacidade que possuem de gerar demandas e soluções associadas a nuances e peculiaridades do cotidiano de pessoas que vivem com relações intensas com o território em que estão implexas.

As atividades produtivas formais e informais que permeiam e configuram os arranjos socioprodutivos se configuram, por um lado, como bases de ocupações e de geração de renda, por outro, têm demonstrado elevado potencial de desenvolvimento, em especial, de pequenas e médias empresas localizadas em mesma região. A origem dessas experiências tem como marco importante o sucesso de arranjos locais da região da Terceira Itália, comumente chamados de distritos industriais italianos.

Esses arranjos configuram um padrão de organização em que pequenas firmas se concentram na manufatura de produtos específicos e se localizam geograficamente em *clusters* (LASTRES *et al.*, 1999). Portanto, considerando as articulações em microescala densamente associadas interna e externamente, as feiras livres urbanas podem ser consideradas como



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

aglomerações de atividades familiares e de micro-organizações que atuam sob a lógica de complementaridade em um dado território. Como os ASP, essas feiras tendem a manifestar especializações produtivas vinculadas a identidades espaciais que facilitam a inserção da produção de microescala em mercados locais e, quando associadas às atividades turísticas, com potencial de difusão mais global.

Na análise da constituição de um ASP é fundamental compreender a natureza das demandas das atividades familiares e empresariais comerciais e industriais de pequeno porte inseridas densa e profundamente nos tecidos urbanos e voltadas para mercados locais ou regionais. Dentre essas atividades, as dos produtores ligados à pequena agricultura e ao artesanato podem se mostrar importantes para a dinamização da vida econômica e social local. Assim, por um lado, as iniciativas desses segmentos podem estabelecer perspectivas de sustentabilidade do desenvolvimento local/regional e, por outro, como importantes meios para combater a pobreza e a exclusão social a partir da melhoria das condições de vida. A identificação e sistematização das condições estruturais que condicionam a concretização de que tais benefícios já são passíveis de serem obtidos em numerosas experiências exitosas, o que fortalece e inova postulados da ecossocioeconomia no debate contemporâneo.

### **2.1 ORIGEM E DINAMICIDADE DAS FEIRAS LIVRES**

Registros históricos sinalizam que os povos sumérios, 3.000 A.C., já organizavam feiras para viabilizar transações comerciais mediante realização de trocas e barganhas em local e dias específicos, o que futuramente daria origem ao uso da moeda como base de troca (compra e venda) de mercadorias, gerando as condições iniciais para expansão e institucionalização do intercâmbio entre os diferentes lugares da Europa e do mundo, com base em distintas moedas utilizadas nas negociações. Nessa trajetória, o surgimento de cambistas e comerciantes especializados na troca de moedas são exemplos de atividades originárias pelo comércio das feiras, o que, mais tarde, daria origem aos bancos e aos banqueiros e, com eles, os novos sistemas de pagamentos, como letras de feira e letras de câmbio.

Assim, com a expansão internacional das atividades comerciais que as feiras propiciaram, passou a se desenvolver um novo sistema de administração comercial pautado em taxas de juros e métodos matemáticos, como o sistema decimal. Retomar a origem dessas inovações de atividades comerciais é fundamental para compreender o início do sistema



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

capitalista racional sustentado por taxas, juros, capital, bancos e lucros. Desse modo, até o microsistema organizacional da feira continua a desempenhar um “importante papel econômico, social e cultural [...] e quando entendida como um negócio, [...] se torna um forte instrumento de políticas públicas e um grande gerador de emprego e renda para o município” (SALES *et al.*, 2011, p.1).

Mantendo o formato tradicional de varejo, as feiras não possuem lojas físicas e, portanto, ocorrem em instalações provisórias montadas em vias públicas e localizadas em pontos estratégicos da cidade, em dias e horários determinados (COLLA *et al.*, 2007; COÊLHO; PINHEIRO, 2009). As feiras são, portanto, estreitamente vinculadas ao surgimento das cidades e continuam a representar um papel importante na estrutura social do meio urbano, uma vez que apresentam uma dinâmica específica de ocupação do território (VEDANA, 2004).

Não obstante a passagem do tempo, ainda hoje é uma atividade econômica e social relevante para a vida de muitos brasileiros (SÁ, 2010), mas em grande parte, as dificuldades para incorporação de inovações têm colocado as feiras em crescente desvantagem para acompanharem a evolução dos super e hipermercados (SATO, 2007) e dos serviços prestados por outros pontos de comercialização.

Dentre os problemas que depõem contra as feiras estão a falta de higiene, a má estrutura das barracas, a comercialização de produtos não permitidos, a falta de segurança e a desorganização. Contudo, do ponto de vista cultural, a feira livre se mantém como uma importante instituição que resguarda tradições que resistem ao processo de modernização (COUTINHO *et al.*, 2006). As feiras livres apresentam, portanto, singularidades que as tornam um espaço de comercialização atrativo aos consumidores, por oferecerem produtos diferenciados (produzidos de maneira quase artesanal e em pequena escala) e por estreitarem relações de amizade e de confiança entre vendedores e compradores (SALES *et al.*, 2011).

Mesmo com tantos diferenciais e atributos competitivos, o desenvolvimento das feiras livres ainda é cerceado pela falta de conhecimento, de informação e de recursos dos feirantes, que por não possuírem condições de promover suas vendas e atrair clientes, perdem espaço para grandes canais de comercialização. Como um negócio, a feira “precisa receber a aplicação de princípios administrativos, de forma a garantir a sobrevivência dos feirantes, como empreendedores, no mercado competitivo em que estão inseridos” (SALES *et al.*, 2011, p. 03).

Não obstante as dificuldades que enfrentam na atualidade, as feiras livres urbanas mantêm grande parte da sua dinamicidade que historicamente tem acompanhado a vida



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

humana, principalmente nos centros urbanos e nos respectivos entornos. Nesse sentido, considerando as peculiaridades de cada época, essas feiras sempre foram e continuam a ser objeto de interesse para políticas públicas que procuram promover a geração de trabalho e renda, oferecendo alternativas econômicas, sociais e de preservação ambiental para comerciantes, pequenos proprietários rurais e para sociedades locais.

### **3 MATERIAIS E MÉTODO**

As etapas metodológicas foram estruturadas da seguinte forma: (a) pesquisa bibliográfica e documental; (b) etapa exploratória para identificar entre as feiras realizadas na cidade de Curitiba a mais emblemática em termos de sustentabilidade socioambiental e associativismo; e (c) coleta de dados a partir de um formulário qualitativo.

O instrumento de coleta de dados é composto de um formulário padrão de pesquisa ecossocioeconômica, cujos dados são qualitativos e abrangem: (a) aspectos gerais: histórico, organização; (b) problemática que deu origem à experiência e aos objetivos; (c) ações desenvolvidas e indicadores de sustentabilidade, e (d) análise macroambiental apontando pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades.

Com base nesse conjunto de procedimentos metodológicos, a análise das diferentes tipologias de arranjos socioprodutivos das feiras livres na cidade de Curitiba foi selecionada a Feira do Largo da Ordem como a mais emblemática, considerando aspectos culturais, econômicos, ambientais e sociais, que a tornam um marco no turismo curitibano por se constituir em rico espaço de convivência entre moradores e visitantes.

A partir das informações coletadas sobre o arranjo institucional e socioprodutivo (institucionalidade e cadeia produtiva envolvida) de base territorial, foram desenvolvidas análises do encadeamento da experiência, identificando fornecedores de insumos/provedores de informação, distribuidores/consumidores dos produtos/informações e organizações de apoio que constituem o arranjo, de acordo com a estrutura representada pela Figura 1.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Figura 1 - Matriz de análise horizontal

<b>Local</b>	Fornecedores de insumos/provedores de informação	<b>Microrregional</b>
Organizações de apoio	<b>Arranjo Demonstrativo</b>	Organizações terceirizadas
<b>Estadual</b>	Distribuidores/consumidores dos produtos/informações	<b>Nacional/Inter.</b>

Fonte: Formulário padrão de análise ecossocioeconômica, 2016.

A presente pesquisa apresenta uma primeira análise exploratória, tendo em vista que se constitui como parte de planos de trabalho de pós-doutorado e doutorado em andamento. Não são, por limitação de tempo, ainda tratadas com a profundidade necessária todas as dimensões da sustentabilidade apontadas pela ecossocioeconomia. O suporte analítico dos dados obtidos com aplicação do modelo representado pela Figura 1 é apresentado a seguir e tem como fundamentos teórico-conceituais os arranjos produtivos de base territorial e a dinamicidade das feiras livres urbanas locais.

### 3.1 PRIMEIROS RESULTADOS

Os primeiros resultados obtidos com a pesquisa são mostrados a partir de perspectivas organizacionais, considerando origem e encadeamento horizontal da Feira do Largo da Ordem, de Curitiba.

#### 3.1.1 Feiras curitibanas aspectos organizacionais

As tradicionais feiras de Curitiba tiveram início em meados do século XIX, principalmente com os imigrantes alemães, poloneses e italianos que passaram a comercializar o excedente da produção própria de suas chácaras. Essa produção era deslocada por meio de carroças para o centro da cidade a fim de trocar/comercializar seus produtos, sobretudo de hortifrutigranjeiros cultivados distantes do centro da cidade. A intensificação do comércio de hortifrutigranjeiros evoluiu para a realização de encontros semanais e, finalmente, com o passar





## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

do tempo, se institucionalizaram na figura de pontos fixos na cidade, que se multiplicaram e se expandiram (SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO, 2016).

Na década de 1970, a prefeitura passou a regulamentar a organização de três feiras que funcionavam durante os finais de semana. Essas feiras, ao longo do tempo, passaram por modificações e receberam várias denominações, como: Feira Híppie, Arte e Artesanato, Mercado das Pulgas, Mercado Popular e Artesanato, entre outras. Essas feiras se moveram e passaram a ocupar novos espaços da cidade, como Praça Zacarias, Praça Tiradentes, Praça Garibaldi e Largo da Ordem. Nesse processo, também é importante observar que houve mobilidade de artesãos/expositores entre as feiras. Essa dinâmica está em consonância com Theis (2008), quando identifica que esse processo de territorialização está diretamente relacionado com o processo de produção, distribuição, trocas e consumo e com processo que abrange condutas, hábitos e valores individuais e coletivos condicionados por relações de poder entre indivíduos, grupos e classes sociais em dado espaço geográfico concreto.

Atualmente, coordenadas pela Secretaria Municipal do Abastecimento, as atividades comerciais das feiras livres urbanas são desenvolvidas em ruas e praças da cidade, em locais e horários determinados pela municipalidade. De acordo com a Secretaria (2016), são organizados oito tipos de feiras livres com características semelhantes, mas com objetivos diferenciados, conforme consta da Tabela 1.

Tabela 1 - Feiras Livres na cidade de Curitiba

Feira	Pontos de realização	Número de Feirantes	Comercialização mensal
Volante (Hortifrúti)	41	254	896 toneladas
Artesanato	23	1200	Não informado
Nossa Feira (Hortifrúti)	15	86	75 toneladas
Noturna (Hortifrúti)	9	131	190 toneladas
Verde (Hortifrúti, orgânicos)	6	38	54 toneladas
Gastronômica	3	40	4000 porções/pratos e 6000 salgados/doces
Do litoral	1	19	3,5 toneladas de pescados, 500 dúzias de ostras e 0,3 tonelada de mariscos

Fonte: Elaborado a partir da Secretaria Municipal de Abastecimento de Curitiba (2016).



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Além das feiras elencadas na Tabela 1, em Curitiba também é realizado o Programa Direto da Roça e Mar, o qual tem por objetivo abrir oportunidades para os produtores rurais, da região metropolitana, comercializarem seus produtos. Nesse programa, a secretaria municipal autoriza a montagem de, no máximo, três barracas em locais pré-determinados da cidade, preferencialmente em bairros onde não existem feiras livres.

Somados os segmentos de feiras, são 98 pontos existentes na cidade, operados por 391 permissionários que geram 1,5 mil empregos diretos e indiretos. A qualidade dos produtos é monitorada diariamente por uma equipe da gerência técnica de controle de qualidade da prefeitura. Para o consumidor, a feira tem como diferenciais a praticidade para a aquisição e a elevada qualidade dos produtos (SECRETARIA MUNICIPAL DO ABASTECIMENTO, 2016).

### 3.1.2 A feira do Largo da Ordem: origem e encadeamento horizontal

A Feira de Artesanato do Largo da Ordem é tradicionalmente conhecida como feirinha *hippie* ou simplesmente feirinha. A feira teve início 1950, no contexto do movimento *hippie*, caracterizado por Pereira (1990) como um anarquismo romântico. Nesse movimento, grupos “marginalizados (*Beatnik*) ganharam notoriedade. Com uma ideologia anti-intelectualista, movimentos de contestação e agitação, por meio da poesia denominada *beat*, exprimem suas angústias, dramaticidade e ideologias” (BONZATTO; POLICHUK, 2014, p. 103).

No final da década de 1960, a feira funcionava na Praça Osório, e no início da década de 1970, migrou para a Praça Zacarias. Esse grupo de artistas populares tinha como objetivo valorizar a cultura e divulgar sua arte, cuja exposição era feita em panos esticados na calçada. Nessa época, não havia interferência governamental e os artesãos se organizavam de forma solidária e cooperativa, com suas atividades sujeitas às intempéries. Bonzatto e Polichuk (2014) revirando o diorama da feira demonstram que:

[...] muitas circunstâncias se apresentam e nos evidenciam impasses, decisões políticas, valores que muitas das vezes, deslocam esse espaço e nos fazem sentir o saudosismo das relações humanas que em seu ápice de invenção era solidária, respeitosa e livre, quem sabe, de um único poder, horizontal, tal qual no começo do invento da Feira nas praças e sua migração para o Largo, onde permanece. (p.97).



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

A organização da Feira acontece com o auxílio da Secretaria de Turismo de Curitiba, que regulamenta o funcionamento e as atividades da Feira de Arte e Artesanato no Município de Curitiba, por meio do Decreto N° 797/06. O Evento conta também com organização própria dos feirantes que fazem parte de uma Comissão de Feira composta por 14 membros. Dentre esses membros, sete são feirantes eleitos pelos próprios artesões, outros fazem parte do Poder Público, Iniciativa Privada e Educacional. Organizados em duas Associações de Classe, esses membros participam das decisões sobre a gestão da feira.

Observando as relações horizontais que se evidenciaram como objeto de pesquisa, os permissionários da feira, como são nominados os feirantes, relatam haver participação voluntária dos associados em relação às decisões que afetam o funcionamento de tal arranjo. A gestão anteriormente descentralizada, quando os participantes geriam o espaço e decidiam como e o que vender, atualmente é centralizada pela gestão pública, que ordena o uso e a ocupação do território, fiscaliza forma, horário, qualidade e variedade de comércio, e decide sobre a cessão de espaço para novos feirantes.

A economia solidária, apontada pelos feirantes como princípio nesse arranjo, se manifesta na gestão do próprio trabalho, na luta pela sua emancipação e no fortalecimento das relações entre produtores, consumidores e feirantes.

Atualmente, a feira ocupa espaço específico e exhibe complexa diversidade de produtos, disponibilizados para visitantes, turistas, moradores e pessoas que buscam divulgar e/ou comercializar sua arte. Como em outros lugares, a feira do Largo da Ordem ganhou, ao longo do tempo, novas conformações e usos, adaptando-se às necessidades da comunidade e transformando-se em espaço de lazer e de interação social e cultural integrante da imagem turística de Curitiba.

### **3.1.3 A consolidação da Feira do Largo da Ordem como atrativo turístico**

Reconhecida como uma das maiores e melhores feiras de artesanato do país, a feira é um espaço multicultural, localizado em ponto estratégico, o Largo da Ordem, no Bairro São Francisco, centro histórico de Curitiba. Esse Largo era o espaço onde os tropeiros descansavam seus cavalos quando vinham do interior e de outros estados, por volta de meados do século XVIII. Como marcos dessa época, naquele local há um bebedouro e, em torno dele, prédios construídos para o comércio da época.



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

A Feira do Largo da Ordem é um dos pontos turísticos mais lembrados da cidade de Curitiba. Cerca de 1.500 pessoas frequentam a feira a cada domingo. Esse público é formado por 17% de turistas e 82% de moradores de Curitiba ou região metropolitana. Parentes e amigos são destacados por 59% dos turistas como o meio de divulgação da feira. A principal motivação para que turistas e moradores frequentem o local é representada pelo passeio, lazer e oportunidades de compras e alimentação. Dentre os produtos mais procurados estão o artesanato, as lembranças, os presentes e as bijuterias (BONZATTO; POLICHUK, 2014).

Como atividade turística, o local tem atrativos que vão além da necessidade de conhecer e comprar os produtos da feira. No local, há espaços de interesse turístico relacionados a edificações históricas da cidade, como a igreja mais antiga de Curitiba, a Igreja da Ordem, que está localizada na Praça Coronel Enéas e separada da Catedral por apenas uma quadra. A Igreja da Ordem terceira de São Francisco das Chagas, construída em 1737, é o edifício mais antigo de Curitiba e abriga o Museu de Arte Sacra de Curitiba. Fazem parte do Largo a Casa Romário Martins, antigo armazém de secos e molhados e a Casa Vermelha, que era uma loja de ferragens. Todos esses prédios foram restaurados e se transformaram em museus.

Com objetivo de divulgar a Feirinha do Largo da Ordem como mais um atrativo turístico e fortalecendo o Mercado Turístico da Capital Paranaense, foi criada uma marca exclusiva que já está estampada nas barracas, sacolas, camisetas e outros produtos oferecidos na Feira. Essa iniciativa é de livre adesão, podendo cada feirante fazer uso dela ou não.

A feira conta com infraestrutura disposta para ser um evento sociocultural e atrativo turístico tradicional da cidade que lhe confere reconhecimento em âmbito regional e nacional. Para o conforto dos moradores e dos turistas, a higiene e segurança pública seguem regras estabelecidas pelos órgãos responsáveis pela Saúde Pública, Polícia Militar, Guarda Municipal, Posto de Atendimento da DIRETRAN e Resgate Social. Existem quatro banheiros na feira, que ficam à disposição dos artesãos e visitantes. Na região, existem vários estacionamentos privados, que oferecem serviços exclusivos durante o período da feira.

Em termos de estruturas e comportamentos que interferem negativamente nas atividades da feira, há intensa disputa de preço dos produtos, ineficácia ou ausência de limpeza durante a feira, limitação de espaço físico que dificulta a locomoção de visitantes e falta de oportunidade para novos permissionários. Como a localização fica no setor histórico, as pedras do calçamento irregular dificultam a locomoção com carrinho de bebê, cadeiras de rodas, das



## **VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES**

pessoas com dificuldade de locomoção e pessoas idosas. Ao lado disso há, também, ameaças externas representadas pelo funcionamento de comércio irregular no entorno. Como pontos fortes, merecem destaque a organização e a variedade de produtos dispostos para comercialização e as oportunidades representadas pela melhoria de renda (feirante e comércio do entorno da feira) e do fluxo local de turistas.

De forma geral, o arranjo socioprodutivo representado pela organização da feira pode ser considerado uma rede interorganizacional que caracteriza uma experiência de associativismo e empreendimento socioeconômico compartilhado, coordenada por instituições governamentais, que resulta da combinação de diferentes lógicas, como a solidária (no sentido substantivo, valorativo), a utilitária (no sentido clássico da ciência política, na maximização de ganhos coletivos) e econômica individual (maximização de ganhos individuais).

### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O arranjo socioprodutivo com enfoque territorial vem motivando atores sociais a buscarem soluções para questões locais de ordem econômica, social e ambiental, colocando em prática projetos de desenvolvimento que dependam da participação comunitária. Essa modalidade de ação sociopolítica pode oferecer condições favoráveis para impulsionar o desenvolvimento em territórios fragilizados economicamente e que apresentem baixos índices de desenvolvimento humano, mas com potencial significativo de geração de capital social local. A esse modelo se apresentam, como promissoras, perspectivas de aderência com ações pautadas em atividades agrícolas, pecuárias, de agricultura familiar, de turismo de base comunitária e de produção doméstica, que possuam menores níveis tecnológicos e de técnicas de produção em seus momentos iniciais de desenvolvimento.

Está na economia comunitária, dita local, o espaço onde não se manifesta apenas a lógica mercantil caracterizada pela economia de mercado sustentada pela predominância da produção de excedente, pela mais-valia e valor de mercado, mas pelo valor de uso e de trocas sem finalidade exclusiva de acumulação de capital, dado que nesse mercado local se articulam, concomitantemente, várias lógicas, como a do autoconsumo baseado na dinâmica doméstica. Não é que em organizações pautadas economia comunitária não haja excedente de produção doméstica ou de práticas que buscam a mais-valia. Isso tudo vai depender dos parâmetros que estabelecem os códigos de condutas territoriais de cada comunidade.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Assim, os dados analisados até o presente sinalizam que, na cidade de Curitiba, as feiras livres podem ser consideradas arranjos socioprodutivos de base territorial que se apresentam com promissoras possibilidades de fortalecer a imagem turística da cidade. São, pois, organizações complexas que, de acordo com Sachs (2003), funcionam com base em acordos e práticas informais que tipicamente permeiam a pequena produção protocapitalista, que caracteriza a atuação de cooperativas, empresas de economia de comunhão e solidárias voltadas ao mercado, mas não exclusivamente para o lucro individual.

As formas organizacionais comunitárias em que se incluem as feiras livres urbanas se apresentam com importância significativa para a promoção de desenvolvimento economicamente efetivo e sustentável, que privilegie o interesse coletivo sem desmerecer a inovação empreendedora individual e que, concomitantemente, opere de forma socialmente incluyente. A atuação dessas organizações em diferentes contextos territoriais da cidade pode contribuir para o fortalecimento da imagem turística, bem como, para o fortalecimento de formas alternativas de geração de renda, a partir de produtos e serviços de natureza criativa – como os resultantes da aplicação de conhecimentos típicos locais e de ativos culturais em produtos artesanais – e de produtos ecossistêmicos, representados por aqueles originários de contextos e da aplicação de técnicas ambientalmente adequadas.

### REFERÊNCIAS

- AMBONI, V. O Mercador nas feiras da idade média: a civilidade do ato de comprar e vencer. Jornada de Estudos Antigos e Medievais. **Anais**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, setembro de 2011.
- BOISIER, S. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e o projeto político. In: **Planejamento e políticas públicas**. Rio de Janeiro, nº 13, p. 111-145, junho. 1996.
- BONZATTO, E. A.; POLICHUK, N. K. Origem da feira do Largo da Ordem, Curitiba, em 1970: diálogos de arte e *zanato*. Revista **Lumen et Virtus**, vol. v, nº 10, março/2014.
- CARRIÈRE J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. In: **Eisforia. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas**, v.1, n.1 (jan. /jun. 2003). Florianópolis: PPGAGR, 2003.
- COÊLHO, J. D.; PINHEIRO, J.C.V. Grau de organização entre os feirantes e problemas por eles enfrentados nas feiras livres de Cascavel e de Ocara, no Ceará. In: **Congresso de economia e sociologia rural - SOBER**, 47, 2009, Porto Alegre: Anais... Porto Alegre: SOBER, 2009.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

COLLA, C.; STADUTO, J. A. R. S.; JÚNIOR, W.F. da R.; RINALDI, R.N. A Escolha da feira livre como canal de distribuição para produtos da Agricultura Familiar de Cascavel - PR. In: **Congresso de economia e sociologia rural - SOBER**, 45, 2007, Londrina: Anais... Londrina: SOBER, 2007.

COUTINHO, E. P.; NEVES, H. C. N.; NEVES, H. C. N.; SILVA, E. M. G. Feiras livres do brejo paraibano: crise e perspectivas. In: **Congresso da sociedade brasileira de economia e sociologia rural**, 44, 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: SOBER, 2006.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Abastecimento - SMAB. **Feiras Livres de Curitiba. 2016**. Disponível em <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feiras-historico-feiras-livres/244>. Acesso em maio de 2016.

CURITIBA. Prefeitura Municipal. Instituto Municipal de Turismo. **Assuntos diversos feiras de arte e artesanato – regulamentação**. Disponível em: <http://www.informarejuridico.com.br/Prodinfo/boletim/2006/pr/dec797-31-2006.htm>. Acesso em 28 de agosto de 2016.

GODOY, W. I. **As feiras-livres de Pelotas**: estudo sobre a dimensão socioeconômica de um sistema local de comercialização. 2005. 313 p. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

LEFF, H. **Pensar a complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez, 2003, p. 15-63.

NÚCLEO DE ESTUDOS EM ECOSSOCIECONOMIA – NEcos. **Formulário padrão de análise ecossocioeconomia**. Elaborado pelos pesquisadores, membros do grupo de estudos e pesquisas em ecossocioeconomia. 2016.

ORTEGA, A. Desenvolvimento Territorial rural: os arranjos induzidos por políticas públicas e sua capacidade na promoção do desenvolvimento. Campo-Território: **revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

PELLIN, V; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C.A. C; SOUZA, C.M. de M. A produção científica no litoral do Paraná: uma análise na zona de educação para o ecodesenvolvimento. In: **Seminário Internacional de Desenvolvimento Regional**, 2013, Santa Cruz do Sul (RS). Anais. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2013.

PEREIRA C. A. M. **O que é Contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

SÁ, M. G. Feirantes: Quem São? Como Administram seus Negócios? In: **Encontro nacional da associação dos programas de pós-graduação em administração**, 34, 2010, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2010.

SACHS, I; VIEIRA, P. F. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007. 472 p, il.

SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003. 199p.



## VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

SALES, A. P.; REZENDE, L.T.; SETTE, R. de S. **Negócio Feira Livre**: um estudo em município de Minas Gerais. III Encontro de Gestão de pessoas e relação de trabalho. João Pessoa, novembro de 2011.

SAMPAIO, C.A.C.; MANTOVANELI JR, O; FERNANDES, V. Racionalidade de tomada de decisão para o planejamento e a gestão territorial sustentável. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 2, p. 131 – 155, maio/ago., de 2011.

SATO L. Processos cotidianos de Organização do Trabalho na Feira Livre. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial, 2007, p. 95-102.

SOUZA, M. L. de S. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: **CASTRO, I.E., et al. Geografia: Conceitos e Temas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 77 -116.

THEIS, I. M. Será possível continuar falando em desenvolvimento no século XXI? In: **Desenvolvimento e Território**: questões teóricas, evidências empíricas. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

VEDANA, V. **“Fazer a feira”**: estudo etnográfico das “artes de fazer” de feirantes e fregueses da Feira Livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre/RS. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.